

Diploma: uma falsa questão

Diploma ou não diploma para o exercício da profissão de jornalistas? Este parece ser hoje o grande tema e a questão vital para os jornalistas, os professores de Comunicação e os alunos, en-

volvendo estes segmentos em debates por todo o País. Agora mesmo, com toda a certeza, este assunto estará permeando as discussões do I Congresso Brasileiro de Ensino de Comunicação Social e do

III ENECC – Encontro Nacional de Escolas Profissionais de Comunicação.

É certo que não devemos recuar ou fugir a este debate, ao contrário, temos que lutar e bater fortemente. Entretanto, não podemos engolir a isca, lançada pela persistente campanha despistadora de veículos como a **Folha de São Paulo**, e cair na armadilha preparada para desgastar a todos, categoria profissional e escolas de comunicação, antes de travar o combate real, de atingir o cerne da questão: a monopolização da comunicação.

Temos todos nós, dirigentes de departamentos, cursos e Faculdades, professores, alunos e profissionais, seja de Jornalismo, Relações Públicas, Propaganda, Radialismo, Teatro ou Cinema e Editoração, a obrigação inarredável de discutir a própria razão de ser do diploma, mas também temos a obrigação de discutir, encaminhar, lutar e tomar medidas concretas pela melhoria da qualidade do ensino. Mais do que isso, temos o compromisso com a sociedade que resistiu aos 20 anos de arbítrio e, num embate cotidiano, obrigou a uma reorganização de forças possibilitadora do fim do regime militar, de defender a livre circulação de idéias e a efetiva democratização da sociedade.

Este processo, no entanto, passa necessariamente pela superação das até aqui habituais práticas retóricas dos direitos da sociedade e dos indivíduos, para que adquiram concretude; para que não se confinem ao papel, que tudo recebe, mas ganhem as ruas e as diferentes organizações de todos os seguimentos sociais. E destes venham a emergir a nova Constituição, reflexo e garantia de uma sociedade democrática.

Mas como ter uma sociedade democrática se os seus mecanismos essenciais de articulação, que passam pelos meios de comunicação, estiverem controlados enfeixados nas mãos de umas poucas famílias e empresários? Como ter uma sociedade democrática, quando os meios de comunicação estão efetivamente monopolizados?

A democratização da sociedade não se define por decreto ou por leis "discutidas" e votadas por agrupamentos

restritos, mas se constrói em processo e tem como uma das principais condições a própria democratização dos meios de comunicação de massa, impressos e audiovisuais. Isto passa pelo efetivo acesso aos meios por todos os segmentos sóciais, como passa, também, pela discussão e democratização dos mecanismos de controle e direção dos meios e, principalmente, por sua propriedade.

Não se trata de discutir a estatização dos meios, especialmente quando se tem um Estado articulado para ser garantidor dos segmentos hegemônicos. Trata-se, isto sim, de se discutir amplamente e ir se construindo mecanismos que garantam o direito de comunicação aos mais diferentes setores sociais, o que pode passar por algumas formas de propriedade social.

Evidentemente, a inserção do comunicador em um novo contexto, em uma sociedade em processo de reconstrução e recuperação de si mesma, implica em estar preparado para pensar seu próprio papel e responder crítica e criativamente ao desenvolvimento do processo. Implica em superar-se enquanto mero técnico codificador de informações.

Tal processo, sem dúvida, tenderá a desembocar, no caso específico dos comunicadores sociais, numa ampla discussão e reformulação da regulamentação profissional, como decorrência mesma da existência de mecanismos constitucionais garantidores da democratização da comunicação.

A tentativa de inversão da questão não enuncia o mesmo. Ao procurar atingir a regulamentação profissional, através da supressão do diploma, intenta-se atingir a espinha dorsal da categoria (especialmente no caso dos jornalistas), quebrando sua coesão e enfraquecendo um dos principais contendedores dos monopólios da informação.

Este o interesse maior em restringir a discussão ao diploma.

Antonio Cerveira de Moura
(Professor da Universidade
Metodista de Piracicaba – SP)